



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES
PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 10, de 2018 (Mensagem nº 136/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.*

Relator: Senador **PEDRO CHAVES**

I – RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Presidente da República, por meio da Mensagem nº 136, de 20 de março de 2018, submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República do Turcomenistão e à República Quirguiz.

A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo da diplomata indicada, do qual extraímos, para este Relatório, as informações que se seguem.

Nascida em Florianópolis, em 19 de maio de 1961, filha de Alcides Abreu e Sara Donner Abreu, bacharelou-se em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1981. Ingressou na carreira em 1987, após ter concluído o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Concluiu também os cursos de Aperfeiçoamento Diplomático (1996) e de Altos Estudos (2005) do Instituto Rio Branco, quando defendeu tese intitulada “Rompendo o Duopólio Estados Unidos-União Europeia na Organização Mundial do Comércio: O G-20 e as Negociações Multilaterais Agrícolas”. Ascendeu a Conselheira em 2004; e a Ministra de Segunda Classe em 2008.

A diplomata indicada desempenhou importantes cargos na chancelaria, e no exterior. Entre os quais destaco: Assessora e Subchefe da Divisão de Serviços e Temas Financeiros (1999 a 2001); Coordenadora Nacional de Comércio de Serviços (2000 a 2001); Primeira-Secretária e Conselheira na Embaixada em Washington (2001 a 2005); Conselheira na Embaixada em Pequim (2005 a 2007); Chefe da Divisão de Negociações Extra regionais do MERCOSUL-II (2007 a 2009); Ministra-Conselheira e Delegada Permanente Adjunta na Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, em Paris (2009 a 2011); e Ministra-Conselheira, Representante Permanente Adjunta e Encarregada de Negócios na ausência dos titulares na





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e outras Organizações Econômicas Internacionais, em Genebra, de 2012 até o presente.

Quanto aos postos para o qual foi indicada a Senhora Márcia Donner Abreu, importa para esse Relatório trazer à colação algumas informações sobre esses países adicionadas pelo Ministério de Relações Exteriores, de maneira a ilustrar a sabatina de praxe.

Independente da antiga União Soviética em 1991, o Cazaquistão é a única das cinco repúblicas da Ásia Central que não experimentou violência política, étnica, social ou religiosa no período pós-soviético. Tal estabilidade pode ser atribuída particularmente a dois fatores: (i) existência de significativas reservas de gás e petróleo que atraem dezenas de bilhões de dólares em investimento direto estrangeiro; e (ii) a maneira pragmática ela qual se procura implantar as regras capitalistas no país, mantendo alto nível de coesão social.

Com 2.717.300 km², o Cazaquistão possui o maior território dos cinco países da Ásia Central e a nona superfície territorial do mundo. As estepes ocupam aproximadamente 61% do território. Está entre os 15 países de menor densidade demográfica, com apenas menos de seis habitantes por km². É o mais desenvolvido da Ásia Central. Com localização estratégica e longas fronteiras com Rússia e China, beneficia-se ainda da estabilidade político-social para consolidar-se como nação líder da região.

O país possui as maiores reservas do mundo de chumbo, tungstênio e urânio; a segunda maior reserva de prata e de zinco; a terceira



SF/18963.28366-13



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

reserva de magnésio, além de depósitos significativos de cobre, ouro e minério de ferro. Possui ainda uma vasta área para a produção agrícola. O setor industrial cazaque se concentra na extração e processamento de petróleo, gás e metais. O governo busca implementar um programa de diversificação industrial de modo a reduzir a dependência do país em relação ao petróleo. A política industrial também gera maior intervencionismo estatal nos projetos de desenvolvimento do setor energético.

Por esses aspectos, o Cazaquistão constitui área prioritária da ação política externa brasileira na Ásia Central, situação que tende a se consolidar. Com a abertura da Embaixada residente em Astana, em 2006, multiplicaram-se os contatos dos dois países. O Presidente Nazarbayev visitou o Brasil em 2007, e o Presidente Luís Inácio Lula da Silva visitou o Cazaquistão em junho de 2009.

O intercâmbio econômico apresentou um pico de 190,42 milhões de dólares em 2011, decaindo paulatinamente em seguida até o valor de 58,12 milhões de dólares em 2017, com déficit de 48,26 milhões para o Brasil.

Além das vantagens comerciais, a sintonia de opiniões entre Brasil e Cazaquistão em fóruns multilaterais é significativa, especialmente em temas como meio ambiente, desarmamento e não proliferação. O Cazaquistão manifestou expressamente, em 2007, apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

O Cazaquistão considera o Brasil importante e promissor parceiro estratégico na América Latina e tem interesse na experiência brasileira nos setores de alta tecnologia, agricultura, bens de capital e indústria leve. Procura estabelecer cooperação com a parte brasileira na área de exploração geológica, extração e refino de hidrocarbonetos e energias renováveis. Os dois países têm diversas características em comum, pois são grandes nações em desenvolvimento, com vastos territórios e recursos minerais e energéticos abundantes.

O Turcomenistão tornou-se independente da antiga União Soviética em 1991. Com grande parte de seu território de 488 mil km² dominado pelo deserto de Karacorum, tem sua economia apoiada na riqueza em recursos energéticos e na agricultura irrigada intensiva do algodão. O país detém algumas das maiores reservas de gás natural do mundo, sendo a Rússia e a China os destinatários de praticamente toda a produção turcomena. O país não consegue beneficiar-se plenamente de suas imensas reservas de petróleo e gás pela falta de rotas adequadas de exportação.

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e o Turcomenistão foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 3 de abril de 1996, em Moscou. Ainda incipientes, as relações ganharam possibilidade de adquirir novo patamar desde a abertura da Embaixada residente em Astana (cumulativa com Ashgabat e Bishkek)

O comércio bilateral ainda é pouco significativo, tendo totalizado US\$ 7,693 milhões em 2017, com déficit de 4,218 milhões de dólares para o Brasil. O intercâmbio comercial com o Turcomenistão tem





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

apresentado oscilações, com tendência à queda. Nos últimos dois anos, as exportações brasileiras têm-se concentrado em preparações alimentícias de bovinos, escavadeiras, carne suína congelada, carne bovina desossada, preparados de confeitaria e aparelhos de cozinha. As importações se concentraram em vestimentas e carbono.

O ambiente de negócios no país é ainda considerado difícil e a economia continua dominada por monopólios estatais. O governo turcomeno tem tomado algumas medidas para modernizar a legislação e beneficiar a transparência, tendo adotado procedimentos a fim de dar conta do crescente aumento do comércio exterior. Está empenhado em efetuar transição gradual para economia de mercado, conforme preceito constitucional. Iniciou processo de privatização de pequenas e médias empresas e passou a dar importância à atração de investimentos estrangeiros.

A República Quirguiz é a segunda menor em área e em população da Ásia Central (199.951 km² e 6,173 milhões de habitantes). Em comparação com seus vizinhos, possui recursos naturais mais limitados, embora seja detentor de 40% de todas as reservas de água da Ásia Central. Entre as antigas repúblicas soviéticas, foi uma das que mais sofreram declínio econômico após a independência. A indústria local, criada para servir ao complexo industrial-militar soviético, sofreu pesadamente quando a demanda deixou de existir.

O estabelecimento de relações bilaterais entre o Brasil e a República Quirguiz foi realizado por meio de um Protocolo, assinado em 6





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

de agosto de 1993, em Moscou. O Brasil foi um dos primeiros Estados a reconhecer a independência do país, ocorrida em 31 de agosto de 1991.

As relações políticas têm sido historicamente cordiais, embora incipientes. O comércio bilateral é diminuto, em razão do desconhecimento mútuo e da falta de contatos empresariais. Em 2017, o comércio totalizou US\$ 1,146 milhão, após um pico de US\$ 10,286 milhões em 2013. O intercâmbio constitui-se quase inteiramente por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram embutidos de carne e carnes suínas. As principais importações brasileiras da República Quirguiz foram metais alcalinos.

Sendo essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente Relatório, estimamos estarem os Senhores Senadores e Senhoras Senadoras membros desta Comissão aptos a sabatinar o ilustre diplomata e votar na indicação presidencial.

Sala da Comissão, 10 de abril de 2018

Senador FERNANDO COLLOR, Presidente

Senador PEDRO CHAVES, Relator

